



**ATA Nº 02/2021 DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO MINHO, REALIZADA NO DIA 26 DE
JANEIRO DE 2021**

1

--- No dia vinte e seis de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu, pelas 15h00 horas, por videoconferência, o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. -----

--- Estiveram presentes nesta reunião os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais: de Arcos de Valdevez (João Manuel do Amaral Esteves); de Caminha (Luís Miguel da Silva Mendonça Alves); de Melgaço (Manoel Batista Calçada Pombal); de Paredes de Coura (Vitor Paulo Gomes Pereira); de Ponte de Lima (Vitor Manuel Alves Mendes); de Viana do Castelo (José Maria da Cunha Costa); de Vila Nova de Cerveira (João Fernando Brito Nogueira).-----

--- Em representação do Presidente da Câmara Municipal de Monção esteve presente o Senhor Vice-Presidente João Rafael de Sousa Oliveira.-----

--- Em representação do Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca esteve presente o Senhor Vice-Presidente Jose Alfredo Oliveira.-----

--- Em representação do Presidente da Câmara Municipal de Valença esteve presente a Senhora Vice-Presidente Elisabete Domingues.-----

--- Assistiram ainda à reunião Bruno Caldas, Fátima Costa e Alexandrina Monteiro, da CIM Alto Minho.-----

---A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria da Cunha Costa. -----

Ponto 1 – Aquisição de Serviços e Procedimentos

1.1 Aquisição de serviços

(i) Disponibilizou-se proposta de constituição de agrupamentos de entidades adjudicantes para a aquisição de serviços de Consultoria para a elaboração de estudos municipais para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos (Doc.01/2021).-----

--- A presente proposta foi aprovada, em minuta, por unanimidade dos presentes.-----

(ii) Disponibilizou-se proposta de retificação do Relatório Preliminar, Relatório Final e contrato do procedimento com a refª AD_AQ_1_2016 (Doc.02/2021).-----

--- A presente proposta foi aprovada, em minuta, por unanimidade dos presentes.-----

(iii) Disponibilizou-se proposta para anulação do procedimento com refª CP_12_2020: "Aquisição de Kits para operações de resgate e salvamento", de acordo com o artigo 165º/2 do Código do procedimento Administrativo (Doc.03/2021).-----

--- A presente proposta foi aprovada, em minuta, por unanimidade dos presentes.-----



2. Outros Assuntos

2.1 Autoridade Intermunicipal de Transportes do Alto Minho

(i) Deu-se nota do ponto de situação das principais atividades em curso e próximos passos no âmbito da Autoridades de Transportes (AT) no Alto Minho. (Doc.04/2021).-----

Não obstante o procedimento de concurso público para a concessão de transportes no Alto Minho estar em condições de ser lançado, e tendo já obtido o parecer prévio vinculativo da AMT (a 27 de fevereiro de 2020), acontece que a CIM do Alto Minho, como gestora do processo e de acordo com os municípios sobrestou na publicação do mesmo, já que ele se baseia em condições base e pressupostos fundamentais, anteriores ao surto da pandemia mundial COVID-19, em Portugal, fevereiro de 2020.

Como se sabe, esta pandemia introduziu nos comportamentos de mobilidade das pessoas alterações profundas, quer por imposição legal que por reação psicológica àquele surto; provocou ela também alterações nas operações de transporte por parte dos transportadores, sobretudo por imposição legal, sendo as mais impactantes, as referidas na Orientação nº 027/2020 de 20/05/2020 atualizada a 20/07/2020, da DGS que se anexa.

Por um lado, todas estas novas condições não estavam previstas na concessão preparada, por outro, as repetidas regras de adaptação aos repetidos surtos da pandemia, num e noutro concelho do Alto Mino e do país em geral, o fecho e abertura das escolas, conforme os surtos, as alterações ao calendário escolar, as novas regras de adesão ao teletrabalho, obrigatórias para muitas empresas e serviços público que geravam, tradicionalmente mobilidade, provocaram alterações drásticas nos padrões de mobilidade que não se sabe ainda quando estabilizarão.

Isto posto, foi considerado imprescindível suspender o andamento do procedimento de contratualização dos serviços públicos de transporte de passageiros – já preparado para lançamento, lembre-se – e colocar ao Conselho Intermunicipal a ponderação de diversos cenários para dar sequência ao processo de contratualização que terá que estar concluído até 3 de dezembro de 2021 (de acordo com a legislação em vigor).

Os cenários apresentados foram discutidos em detalhe salientando-se a necessidade de dar tempo a uma possível estabilização das consequências da pandemia e dos padrões de transporte e adotar uma solução que permita também prevenir quase certas reclamações por reequilíbrio financeiro de um contrato de concessão que se lançasse neste momento, ainda que com adaptações.

Foi referida a necessidade de encontrar uma solução que mais flexível na sua gestão e mais adaptável a imponderáveis difíceis ainda de prognosticar, adiantou-se, contudo, que algumas das condições do procedimento de concessão já preparado se manteriam, a saber:

i. Um único lote a concurso para todo o Alto Minho;



ii. Manutenção do agrupamento de entidades adjudicantes e respetiva gestão partilhada do contrato (Municípios/CIM).

Consequentemente com o discutido e proposto na reunião, o Conselho Intermunicipal aprovou a seguinte proposta:

- a) Aprovação do cenário que visa promover alterações estruturais ao estudo da rede e ao estudo de viabilidade económica e financeira, adotando um modelo de prestação de serviços de curto prazo, com o objetivo de garantir um serviço mínimo indispensável neste período de imponderabilidade e simultaneamente recolher informação que robusteça o processo de decisão necessário para uma posterior concessão; prevendo-se a recolha de um novo parecer da AMT através da preparação do respetivo dossier (i) justificação pela escolha da modalidade de prestação de serviços; ii) Matriz de risco; iii) Caderno de Encargo e iv) EVEF);
- b) Limitar a referida prestação de serviços a 3 anos, tempo julgado suficiente para a estabilização de uma nova realidade de mobilidade do Alto Minho e necessário para a recolha e tratamento de informação relativa à caracterização completa dessa nova realidade, que permita, posteriormente e na fase subsequente, o lançamento de um novo procedimento mais aderente à reais necessidades de mobilidade;
- c) Revisitar a rede de transportes em carreira pública (rede regular, rede escolar em carreira pública e bus académico), de modo estabilizar a rede a incluir na prestação de serviços;
- d) Não incluir na prestação de serviços os circuitos especiais das escolas de cada Município;
- e) Manter todos os restantes padrões de qualidade do serviço, já previstos no âmbito da concessão anteriormente preparada;
- f) Realizar e propor um roadmap dos trabalhos necessários à concretização do novo procedimento de prestação de serviços.-----

(ii) Disponibilizou-se email "Vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19" enviado pela AMT, a informar que foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro, que "Prolonga a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19" (Doc.05/2021).-----

(iii) Disponibilizou-se email "Informação essencial e determinante, a remeter pelos operadores e autoridades de transporte, para a realização dos procedimentos de cálculo na



avaliação da sobrecompensação, no que respeita aos montantes atribuídos aos operadores, prevista no Decreto-Lei” enviado pela AMT (Doc.06/2021).-----

(iv) Disponibilizou-se email “N.º 1 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 - Relatórios Públicos – Informação” enviado pela AMT e reencaminhado aos Senhores Presidentes, a informar do novo link do acesso centralizado aos relatórios emitidos por autoridades de transportes (Doc.07/2021).-----

(v) Disponibilizou-se ofício “Alocação das Verbas previstas na Lei de Orçamento de Estado 2021 às Autoridades de Transportes” enviado pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central ao Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática (Doc.08/2021).-----

2.2 Próximos eventos

--- Reunião do Conselho Intermunicipal, 02 de fevereiro 15h00, Ponte de Lima e por videoconferência. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas 17h00 horas. -----

--- Após a sua leitura, a presente ata foi aprovada por unanimidade dos presentes, sendo assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, José Maria Costa e pela Chefe de Divisão de Administrativa e Financeira, Fátima Costa. -----

-----ESTÁ CONFORME-----

---Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, ao dia 26 de janeiro de 2021.-----

O PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL, _____

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, _____